

HABEAS CORPUS Nº 515.479 - SP (2019/0168292-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : CARLOS EDUARDO PERILO OLIVEIRA
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO PERILO OLIVEIRA - SP127537
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NATALIA KARIME VENTALI (PRESO)

DECISÃO

NATALIA KERIME VENTALI alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação Criminal n. 0003678-46.2015.8.26.0083.

Consta dos autos que a paciente foi condenada, em primeiro grau, a 1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão, em regime aberto, mais multa, pela prática do delito de tráfico de drogas. A pena privativa de liberdade foi substituída por restritivas de direitos. Os autos dão conta da apreensão de **17,3 g de maconha** (fl. 14).

O Tribunal de origem deu provimento ao recurso do Ministério Público a fim de majorar a sanção aplicada e torná-la definitiva em 2 anos e 11 meses de reclusão, em regime fechado, mais multa.

Busca-se, por meio deste *writ*, seja: a) aplicada em 2/3 a minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas em seu patamar máximo; b) fixado o regime inicial aberto; c) determinada a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

O pedido de urgência comporta acolhimento em menor extensão.

Quanto ao **regime de cumprimento da pena**, em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que o Tribunal de origem fixou o modo mais gravoso, pelos seguintes fundamentos (fls. 428-429, destaquei):

Com relação à fixação do regime aberto e à substituição das penas privativas liberdade por penas restritivas de direitos, a sentença também merece reparo, tal como pleiteado pelo Ministério Público.

De fato, diferentemente do disposto na sentença monocrática, o regime inicial para o cumprimento da pena

não pode ser outro, que não o fechado, pois a fixação de regime diverso (aberto ou semiaberto), não se mostra satisfatória à repressão do grave delito praticado, não apenas em razão da natureza do crime, que gera graves prejuízos sociais, merecendo, por isso mesmo, tratamento mais severo, mas, notadamente, **por não se tratarem os réus de pequenos e eventuais traficante, tendo em vista a quantidade de drogas, ficando demonstrada, portanto, a necessidade da fixação do regime fechado.**

Consigne-se, portanto, que o regime inicial fechado não está sendo fixado em razão da quantidade de pena, tampouco da gravidade abstrata do delito, mas das **circunstâncias concretas** em que praticados o crime em questão, reveladoras da necessidade da imposição de regime mais gravoso, para fins de repressão e prevenção.

Entretanto, considerando que a **paciente era primária ao tempo de delito, possuía bons antecedentes e foi agraciada com a minorante** prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, não identifico justificativa legal para a fixação do regime inicial de pena fechado.

Assim, em razão da quantidade da droga apreendida (**17,3 g de maconha**), entendo que, ao menos em avaliação preliminar, deva a paciente aguardar a análise do mérito deste *writ* em **regime semiaberto**.

À vista do exposto, **defiro a liminar para assegurar à paciente que aguarde no regime semiaberto** o julgamento final desta impetração, se por outro motivo não estiver cumprindo a reprimenda em regime mais gravoso.

Suficientemente instruídos os autos, dispenso a solicitação de informações.

Encaminhem-se ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**